

CORPO, GÊNERO E IDENTIDADE NA ESCOLA: REVISÃO INTEGRATIVA E CRÍTICA SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA ENTRE 2017 E 2021¹

Elaine Rodrigues Santos Santiago²

RESUMO

Este estudo objetiva identificar o que tem sido produzido na literatura científica brasileira sobre a relação entre corpo e a construção da identidade de estudantes após a publicação da Base Nacional Curricular Comum, em 2017. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa da literatura sobre corpo e identidade no espaço escolar. As informações obtidas foram analisadas à luz da Análise do Discurso (AD) e das produções sobre gênero e sexualidade na escola. A busca foi realizada nas plataformas ERIC - Educational Resources Information Centre e Periódicos CAPES, utilizando os descritores “Corpo”, “Educação”, “Gênero” e “Identidade”. Após aplicar os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados quinze artigos, dos quais emergiram quatro temas de análise macro: a) contribuições históricas e legais; b) contribuições e críticas acerca do currículo; c) a luta por uma educação emancipatória; d) contribuições sobre a necessidade de formação continuada dos professores. Os resultados mapeiam brevemente o campo de investigação sobre corpo e identidade no espaço escolar e evidenciam a necessidade de superação de barreiras à diversidade do currículo, além de apontar a insegurança do corpo docente para abordar as categorias e pouco avanço após a publicação da BNCC.

Palavras-chave: Base Nacional Curricular Comum (Brasil). Identidade de gênero na Educação - Brasil. Sexo - Diferenças (Educação) - Brasil.

ABSTRACT

This study aims to identify what has been produced in the Brazilian scientific literature on the relationship between the body and the construction of students' identity, after the publication of the National Curricular Common Base, in 2017. To this end, an integrative review of the literature on the body was carried out, and identity in the school space. The information obtained was analyzed in the light of Discourse Analysis (AD) and productions on sexuality at school. The search was carried out on the ERIC - Educational Resources Information Center and CAPES Periodicals platforms, using the descriptors “Body”, “Education”, “Gender” and “Identity”. After applying the inclusion and exclusion criteria, fifteen articles were selected, from which four themes of macro analysis emerged: a) historical and legal contributions; b) contributions and criticisms about the curriculum; c) the struggle for an emancipatory education; d) contributions on the need for teachers' continuing education. The results briefly map the field of investigation on body and identity in the school space and show the need to overcome barriers to curriculum diversity, in addition to pointing out the insecurity of the faculty to address the categories and little progress after the publication of the BNCC.

Keywords: Gender identity in Education - Brazil. National Common Curriculum Base (Brazil). Sex - Differences (Education) - Brazil.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Violeta Maria de Siqueira Holanda.

² Graduada em Letras Vernáculas com Inglês e Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa (Barão de Mauá) e Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-graduanda em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Freire (2011), a educação, além de ser um ato de conhecimento, é um ato político, pois, ao considerar os aspectos históricos, sociais e culturais, vincula a linguagem à realidade na qual as pessoas aprendentes estão inseridas. De acordo com o Dicionário Aurélio³, de origem latina, a palavra *currículo* é um documento que contém a formação escolar e pode significar “caminho”, “atalho” ou “curso”.

Como a etimologia da palavra aponta, currículo é o cerne, o caminho que orientará as práticas pedagógicas de uma escola, baseado em princípios éticos, teóricos e políticos. Sendo assim, este documento nunca poderá ser neutro, pois é fruto de disputas, tensões e “concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo” (APPLE, 2011, p. 59).

Atualmente, o documento que orienta a formulação dos currículos escolares é a Base Nacional Curricular Comum, doravante BNCC. Homologada em 2017, a definição da BNCC é

Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2018, p. 07)

Embora a BNCC pontue que as pessoas que estudam devam, ainda na educação básica, ter seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento assegurados, percebe-se a circulação de discursos conservadores que tentam descredibilizar e enfraquecer discussões importantes para a formação da identidade⁴ das pessoas que estudam como machismo, sexismo, racismo, homofobia e diversidade.

Na esfera educacional, os discursos neoconservadores ganharam fôlego, em 2014, com a proposta de lei do Programa Escola Sem Partido (ESP) que visa combater a dita “doutrinação político-ideológica” em sala de aula, de forma sistemática e organizada, com apoio teórico (Gramsci, Althusser, Freire, Saviani, etc.), político (governos e partidos de

³ Disponível em <https://www.dicio.com.br/curriculo/>. Acesso em 19 dez 2021.

⁴ Utilizamos a concepção discutida em Hall (2006) que afirma que a “identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós” contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (HALL, 2006, p. 11-12)

esquerda, PT à frente), burocrático (MEC e secretarias de educação), editorial (indústria do livro didático) e sindical”⁵ da esquerda.

Segundo Guacira Louro [1997 apud Luma ANDRADE, 2012, p.19], “a escola não transmite apenas conhecimentos, ou somente os produz, mas também desenvolve as identidades étnicas, de gênero, de classe e fabrica sujeitos”. Neste artigo, considero o conceito de diversidade em Educação como essencial para a promoção de uma educação libertadora e inclusiva. No entanto, Apple (2011) nos aponta que estamos vivendo um período de “restauração conservadora”, de conflitos em torno da política de conhecimento oficial e da dificuldade que o currículo encontra de responder às culturas e diversidade.

O silenciamento produzido pela censura, segundo Eni Orlandi (2007), conduz uma produção de sentidos silenciados. Essa censura, fruto do não-dizer e dizer, impede que as pessoas elaborem sócio historicamente os sentidos e cria barreiras à inscrição e ocupação de algumas posições discursivas disponíveis. Ainda segundo Eni Orlandi, as pessoas ficam “asfixiadas” e, por não transitarem entre os diferentes discursos, são conduzidos a uma rarefação dos sentidos, rasurando e fixando um sentido único, rígido das identidades das pessoas aprendentes.

Um exemplo de silenciamento na esfera educacional diz respeito ao texto da BNCC, cuja menção mais próxima dos tópicos corpo, gênero, e sexualidade está direcionada à disciplina de Ciências, no 8º ano. O termo “sexualidade” é trazido como objeto de estudo junto a tópicos como infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e métodos contraceptivos, por exemplo.

De acordo com Guacira Louro (2000), os atravessamentos de gênero, raça ou classe devem ser compreendidos no âmbito da história, da cultura e da educação, pois os corpos das pessoas jovens, em sua forma plural e polifônica de ser e se inscrever no mundo, desafiam as estanques divisões dicotômicas entre corpo e saber. Portanto, através da materialidade do corpo, a linguagem se releva em tribos, tatuagens, piercings, modo de falar, de vestir-se, assim como naturalizações de posições de gênero e sexualidade.

Assim, ao relevar uma linguagem - um discurso - revela-se uma narrativa. Essa narrativa, nada mais é do que a maneira como a memória se inscreve no processo identitário, firmando o pertencimento, ou não, desses corpos a determinados espaços.

Na contramão dessa premissa, ainda é possível perceber que a escola trata a sexualidade como pertencente ao campo semântico biológico, excluindo, dessa forma, as relações sociais e culturais envolvidas no âmbito da sexualidade, bem como os seus marcadores sociais da

⁵ Trecho retirado do site da Escola Sem Partido. Disponível em <http://escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>

diferença como classe, raça/etnia, gênero, orientação sexual e localização geográfica. De acordo com Louro (1997, p. 67-68):

[...] tão ou mais importante do que *escutar* o que é *dito* sobre os sujeitos, parece ser perceber o *não-dito*, aquilo que é silenciado — os sujeitos que *não são*, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais — e da homossexualidade — pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los/as”, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/ as. Aqui o silenciamento — a ausência da fala — aparece como uma espécie de garantia da norma. A ignorância (chamada, por alguns, de *inocência*) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos “bons” e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos.

Nesse contexto, o objetivo desse artigo é identificar o que tem sido produzido na literatura científica brasileira sobre a relação entre corpo e a construção da identidade das pessoas que estudam, após a publicação da Base Nacional Curricular Comum, compreendo o período entre 2017 a 2021. O hiato, a censura e a invisibilidade de atividades pedagógicas que abordem o corpo fora das aulas de Educação Física e Ciências poderão nos mostrar de que maneira a interdição interfere na formação da identidade das pessoas que estudam, já que o silêncio local cria uma barreira ao acesso a diferentes formações discursivas.

Além de estudar o que tem sido produzido na literatura científica brasileira sobre a relação entre corpo e a construção da identidade das pessoas que estudam, após a publicação da Base Nacional Curricular Comum, à luz da Análise do Discurso (AD), Orlandi (2007) e Fernandes (2008), esse artigo visa apontar os hiatos, silêncios e práticas discursivas sobre as intersecções entre corpo, gênero, diversidade e identidade, ao mesmo tempo em que tece críticas e contribuições sobre como essas construções acontecem na esfera escolar.

Esse artigo justifica-se pela importância de um estudo sobre a intersecção entre corpo, sexualidade, diversidade e identidade, sobretudo, em uma área importantíssima como a Educação, no sentido de fomentar uma reflexão crítica sobre as formas de discriminação e incentivar uma cultura de enfrentamento a todas as formas de discriminação, violência e silenciamentos das pessoas que estudam no processo de constituição e formação de suas identidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O artigo dá visibilidade as últimas produções científicas em Educação que se debruçaram sobre os conceitos de “Corpo”, “Educação”, “Gênero” e “Identidade”, confirmando ou não a hipótese de que as práticas discursivas sobre o corpo incidem na construção identitária e demonstram a formação ideológica das pessoas que estudam e grupos sociais em uma mesma sociedade; daí resultam os conflitos e as contradições que coexistem e circulam no espaço escolar.

Considerar um estudo que identifique e analise as produções científicas sobre os descritores citados pode contribuir para desmitificar alguns discursos conservadores que circulam do espaço escolar, ajudando, assim, a compreensão da educação para a sexualidade que considera as conexões com as complexas vivências e significados construídos socialmente, e a construir uma educação mais feminista e antirracista.

Dentro do contexto de lutas antirracistas, é importante destacar a lei 10.639/03 que alterou a Lei de Diretriz da Educação e tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nos currículos das escolas de Ensino Básico. Por seu caráter nacional, a Lei se apresenta como forma de corrigir um crime histórico que se estende até atualidade e marca os corpos negros: o racismo. Dessa forma, a lei estabelece orientações às escolas de como podem construir uma pedagogia aberta à diversidade, além de garantir o dever histórico de reparar a invisibilidade das produções culturais desse grupo social.

No entanto, dezanove anos após a sua implementação, a lei 10.639/03 ainda esbarra em desconhecimento e preconceitos. Em novembro de 2021, em Salvador, a polícia intimou uma professora de Filosofia de uma escola pública estadual para prestar depoimento sobre uma denúncia recebida. Segundo o boletim de ocorrência registrado por uma aluna e sua mãe, a professora estava ensinando “conteúdos esquerdistas” e fazendo “doutrinação feminista”.⁶⁷ Posteriormente, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia (APLB) informou que os “conteúdos esquerdistas” e a “doutrinação feminista” eram, na verdade, discussões de temas como racismo, machismo, questões de gênero e diversidade.

É sabido que alguns materiais pedagógicos não promovem a representatividade do negro e essa ausência interfere na construção de subjetividade e identidade das pessoas negras e nos contextos das relações de poder. Assim, a escola tem o dever democrático de criar

⁶ O termo “doutrinação feminista” se enquadra no contexto neoconservador da Escola Sem Partido quando, por exemplo, o projeto estipula que “não haja intromissão no processo de amadurecimento sexual dos alunos e nem tentativa de converter os alunos em questões de gênero”. Ver mais em <https://novaescola.org.br/conteudo/15818/entenda-o-novo-projeto-do-escola-sem-partido-que-tramita-na-camara>

⁷ <https://aplbsindicato.org.br/manifestacao-promovida-pela-aplb-na-dercca-em-apoio-a-professora-de-filosofia-intimada-e-destaque-na-imprensa/>

posturas pedagógicas antirracistas que atendam às demandas da diversidade e visem à superação de discriminações e silenciamentos históricos desse grupo social.

Ainda em novembro daquele ano, outro caso ganhou notoriedade: uma professora de uma escola privada afirma que foi afastada após apresentar a coletânea de contos “Olhos D’água”, de Conceição Evaristo⁸ aos alunos.

Esses dois casos citados podem ser considerados como legítimas ações de resistência ao retrocesso na educação que cria fissuras, distorções, na maneira como as pessoas que estudam lerão suas histórias dentro do processo de formação da cultura, economia e história da sociedade brasileira. Dessa forma, se existe algum processo de exclusão, existem, também, rupturas na construção das identidades dessas pessoas em formação que, ao serem expulsas das agendas e do centro das práticas pedagógicas, são destinadas à subalternidade e não se identificam com a estrutura desses espaços de sistematização dos saberes.

Neste contexto, para ajudar as pessoas nesse processo de autoconhecimento e libertação, são necessários esforços conjuntos e uma educação antirracista, antissexista e contra a homofobia. No exercício que toca a esta pesquisa, é importante considerar a contribuição de autoras feministas como Joan SCOTT (1988, 1995), Judith BUTLER (1990/2003) e Heleieth SAFFIOTI (2009) que contribuem no debate teórico sobre gênero, problematizando os pressupostos presentes na distinção sexo/gênero, mas também dando visibilidade as forças sociais envolvidas que oprimem as pessoas por seu gênero/orientação sexual.

Segundo Judith BUTLER (1990/2003, p. 24), gênero foi inicialmente compreendido como “os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado”, produzindo uma dicotomia entre sexo (biologia) e gênero (cultura). Joan SCOTT cunha (1995, p.72) o termo “gênero” a partir da rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual" e enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.

Para Heleieth SAFFIOTI (2009, p. 26), “há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – de gênero, de raça/etnia e de classe social”. Ainda segundo a autora, categorias como “a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro”.

Assim, analisar as relações de gênero implica em analisar os demais atravessamentos que o corpo sofre, é, também, (gênero, raça e etnia, classe) “que vão

⁸ <https://www.metro1.com.br/noticias/educacao/115446,professora-contradiz-vitoria-regia-e-diz-que-livro-de-conceicao-evaristo-foi-proibido-pela-direcao>

gestando a subordinação” SAFFIOTI (2009, p. 26) de alguns corpos e essa intersecção pode ser considerada como um "sistema de opressão interligado” (AKOTIRENE, 2019, p. 21).

Os marcadores sociais da diferença trazem consigo características que criam posições e experiências distintas. Eles explicitam a diversidade do tecido social, mas hierarquizam enquanto classificam as inúmeras intersecções que atravessam das pessoas que estudam. Quanto maior o número de marcadores identificados, maior será a exclusão dessas pessoas, a exemplo, os marcadores de gênero, raça/etnia, classe, dentre outros.

3 MÉTODO

A pesquisa científica é uma ferramenta que nos ajuda a pensar a realidade e analisar as evidências empíricas, como as citadas opressões sociais (re)produzidas socialmente. Dentro desse processo, entendemos a metodologia como “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2001, p. 16). Cada método de pesquisa atende a uma lógica própria e pode ser quantitativo, qualitativo ou ambos (quanti-qualitativa). A escolha por um método específico dependerá da natureza da questão de pesquisa que preocupa a pessoa que investiga ou do objeto que se deseja pesquisar.

A primeira coisa que devemos considerar antes mesmo de se escolher uma metodologia é entender a natureza do objeto. Se estamos falando de uma objetividade irrestrita onde o modelo de análise pode ser até mesmo mensurado, quantificado, então teríamos que escolher o modo específico de abordar a realidade quantitativamente. Contudo, precisamos analisar as diferentes perspectivas de uma mesma realidade a partir de uma mudança na legislação da Educação Básica. Então a pesquisa quanti-qualitativa se faz necessária nesta investigação.

Para isso, realizamos uma revisão integrativa de literatura sobre as produções científicas sobre o corpo e identidade no espaço escolar. Essa metodologia nos ajudou a construir uma visão sobre as últimas produções realizadas em Educação e a mapear os discursos sobre os descritores no ambiente escolar, após a publicação da BNCC, além de categorizar os principais temas que surgiram ao longo da análise do *corpus*.

Para alcançar os objetivos desejados dessa Revisão Integrativa, a partir de Gil (2010), Gonçalves (2019) e Silva e Valdemarin (2010) seguimos seis etapas. A saber:

1) Formulação do problema - A pergunta que conduziu nosso olhar na escolha e na leitura atenta dos artigos foi: Como a relação entre corpo, sexualidade, diversidade e educação podem interferir na construção da identidade das pessoas que estudam?

2) Coleta de dados - Para o levantamento dos artigos na literatura, realizamos uma busca nas seguintes bases de dados de acesso gratuito: ERIC - Educational Resources Information Centre e o Periódico CAPES. Essas bases foram escolhidas pelo caráter gratuito e pela abrangência na área de educação nos países de língua oficial portuguesa.

Para realizar a busca dos artigos, utilizamos os seguintes descritores e suas combinações nas Línguas Portuguesa e Inglesa: “Corpo”, “Educação”, “Gênero” e “Identidade”, definindo-se a procura desses termos no título, no resumo ou nas palavras-chave.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português e inglês; artigos que retratam a temática referente à revisão integrativa e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados, entre o período de 2017 a 2021.

Os critérios para exclusão foram artigos duplicados, publicações anteriores a 2017, textos escritos em idiomas além do português ou inglês, artigos fora da área de educação ou que não se atentem aos temas propostos. Após a eliminação dos artigos que não se enquadram nos critérios, fizemos a verificação de concordância por dois juízes⁹, também professores formados na área de Educação.

Os juízes nos ajudaram a verificar se a seleção de artigos feita faz jus à pergunta de pesquisa. Dessa forma, comparamos o índice de concordância a fim de adicionar ou excluir algumas produções e, assim, delimitar nosso *corpus* com mais segurança.

3) Categorização dos dados - Essa etapa teve grande importância, pois foi o momento de organizar as principais e mais recentes publicações sobre os descritores elencados. O *corpus* foi categorizado de acordo com alguns elementos, sendo eles: base de dado, título, autor(es) e ano. Todos esses elementos foram inseridos em uma tabela (Quadro 1) para que pudessemos ter uma visão geral sobre o *corpus*¹⁰.

4) Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa – Nessa etapa, analisamos criticamente os artigos selecionados com base no referencial teórico que norteia esse anteprojeto. Essa etapa avaliou o que mais se destacou nos artigos e os categorizou de acordo

⁹ Para a metodologia escolhida, a presença de, no mínimo, dois juízes extratores dos dados, visa dar segurança à seleção dos estudos que farão parte do *corpus*. Em caso de divergência na seleção, os critérios de inclusão e exclusão são revisitados, de comum acordo.

¹⁰ O *corpus* da revisão integrativa compreende todos os estudos relacionados a questão norteadora que orienta a busca deste artigo: Como a relação entre corpo, gênero, diversidade e educação podem interferir na construção da identidade dos alunos?

com os temas macros que emergiram dessa análise: a) contribuições históricas e legais; b) contribuições e críticas acerca do currículo; c) a luta por uma educação emancipatória; d) contribuições sobre a necessidade de formação continuada do corpo docente.

5) Interpretação dos resultados – Esta etapa, buscamos discutir os principais resultados obtidos, identificar lacunas para futuros trabalhos e tecer propostas de recomendação de melhoria à formação corpo docente e a educação em geral.

6) Síntese da revisão – Nessa última fase, buscamos incluir informações que permitam à comunidade acadêmica avaliar a pertinência do método e procedimentos empregados na construção da revisão integrativa proposta, os conceitos explorados sobre os descritores, todo o detalhamento das etapas percorridas e os principais resultados.

A análise dos estudos selecionados, em relação ao delineamento de pesquisa, foi pautada em Gil (2010), Silva e Valdemarin (2010) e Gonçalves (2019) sendo que tanto a análise quanto a síntese dos dados extraídos dos artigos foram realizadas de forma descritiva, possibilitando observar, contar, descrever e classificar os dados, com o intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado na revisão.

Assim, as etapas citadas exemplificam a importância da escola para a construção identitárias do corpo discente e da urgência que a Instituição tem de se apropriar dos dispositivos legais e normativos para que a essa possa ser um espaço de construção de liberdade, formação de cidadania e práticas e políticas inclusivas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na busca realizada por meio dos descritores “Corpo”, “Educação”, “Gênero” e “identidade”, com o recorte temporal entre 2017 e 2021, foram encontrados 86 estudos na base de dados Periódicos CAPES e 1 resultado na base de dados ERIC. Dos 87 artigos, 72 foram excluídos e chegamos a 15 artigos considerados pertinentes ao estudo, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização dos artigos segundo base de dado, título, autor(es) e ano

	Procedência	Título do artigo	Autores	Ano
1	Periódicos CAPES	Gênero e sexualidade no campo da educação: provocando deslocamentos e inquietações.	GRAUPE, Mareli Eliane. LOCKS, Geraldo Augusto. PEREIRA, Josilaine Antunes.	2018
2	Periódicos CAPES	O saber fazer docente em educação para a sexualidade na educação básica: um paralelo entre Portugal e Brasil.	ARAÚJO, Marília Frassetto de. ROSSI, Célia Regina. TEIXEIRA, Filomena.	2019
3	Periódicos CAPES	Homossexualidade: psicanálise, religião e educação.	ESPÍRITO SANTO, Eliseu Roque do.	2017
4	Periódicos CAPES	Educação sexual e currículo de Ciências/ Biologia: desafios à prática docente.	MOLINA, Ana Maria Ricci. SANTOS, Welson Barbosa.	2018
5	Periódicos CAPES	Disputas por vontades de verdade sobre os corpos na escola: o dispositivo fenotípico da homofobia e do racismo.	SEVERINO, Fulvio Cesar Garcia.	2018
6	Periódicos CAPES	Questões de gênero e sexualidade no espaço público educacional tendo como eixo de debate a disciplina de Ensino Religioso em escolas de Recife.	OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. SILVA, Maria Amanda Micaely Pinheiro da.	2018
7	Periódicos CAPES	Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar.	AUAD, Daniela. CORSINO, Luciano.	2018
8	Periódicos CAPES	A Educação Física em uma escola militar: de turmas separadas por sexo e por altura a turmas mistas.	JACOBY, Lara Felix. GOELLNER, Silvana Vilodre.	2020
9	Periódicos	Formação docente para a	GUERCH, C.A.	2019

	CAPES	diversidade: um saber plural.		
10	Periódicos CAPES	Do eclipse ao raio do para si LGBT na política educacional brasileira	SILVA, Poliana Machado Gomes. BARBOSA, Kaline de Souza.	2018
11	Periódicos CAPES	Gênero, volte para o armário! Discurso religioso, gênero e modelagem de comportamento	CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. MAIO, Eliane Rose.	2017
12	Periódicos CAPES	Questionando a proposital invisibilidade: reflexões sobre a abordagem das relações de gênero no PIBID – Interdisciplinar da UPE Campus Petrolina	SILVA, Janaina Guimarães da Fonseca. ROSENO, Camila dos passos.	2018
13	Periódicos CAPES	Interligação entre representações e questões de gênero na docência.	RABELO, Amanda Oliveira.	2019
14	Periódicos CAPES	Comunismo e gênero na escola sem Partido: notas para não sucumbir a uma pedagogia facista.	FURLAN, Cássia Cristina. CARVALHO, Fabiana Aparecida de.	2020
15	ERIC	Body, Gender, and Sexualities Approaches in the Political- Pedagogical Project in a High School in Brazil	DIAS, Alfrancio de Oliveira, Danilo Araujo; Cruz, Maria Helena Santana; Amorim, Simone Silveira.	2017

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Gil (2010), Gonçalves (2019) e Silva e Valdemarin (2010)

A partir da Análise do Discurso de Linha Francesa, Eni Orlandi (2007) e Fernandes (2008), identificamos algumas relações de poder nos artigos selecionados. Isso nos possibilitou descrever entraves, silenciamentos, ideologias, interdiscursos e a delinear o cenário atual das produções científicas que responderam à pergunta “Como a relação entre corpo, gênero, diversidade e educação podem interferir na construção da identidade dos alunos?”

A Teoria Queer e a Teoria Pós-Colonial foram citadas enquanto engrenagens para o questionamento da estabilidade e fixidez das identidades e das práticas heteronormativas¹¹,

¹¹ A heteronormatividade, segundo Michael Warner (1993) é, dentro do terreno das identidades, “a obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante”. [Warner, 1993 apud BRITZMAN, D., p. 79]

dicotômicas e excludentes. (MOLINA e SANTOS, 2018; OLIVEIRA *et ali*, 2018). Casteleira e Maio (2017) indicam que o Movimento Feminista introduziu o conceito de gênero e implementações de agendas voltadas ao combate das violências, discriminações e desigualdades de gênero.

O Movimento Feminista também é citado por Oliveira *et ali*, (2018) enquanto movimento “mais aberto às diversidades de gênero e sexualidade” que deixou marcas como a Lei Maria da Penha, Lei do Femicídio (Silva e Roseno, 2018) e o termo “interseccionalidade”, conceito que ressalta a necessidade de se considerar as categorias enquanto conectadas nas análises das relações sociais.

Na esteira desse pensamento ideológico, Casteleira e Maio (2017) investigam o discurso religioso de uma carta enviada pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para que o gênero não seja discutido nos Planos Municipais de Educação. Todo documento legal é uma agência de controle. Se o CNBB veicula sua posição sobre educação sexual e diversidade, afirmando que a inserção do termo “gênero” em substituição do termo “sexo” poderia gerar uma desconstrução familiar, fica claro, dessa forma, que a família considerada é a heterossexual.

Esse silenciamento, “retrocesso” (SILVA e ROSENO, 2018) e caráter conservador da educação não contempla as pessoas que estão na escola e contribui para a manutenção de uma educação excludente e, portanto, violenta. Essa formação ideológica pautada no cerceamento e vigilância dos corpos se opõe a ideia de escola como ambiente importante para a construção da diversidade cultural e identitária.

Sendo as categorias raça, gênero e classe interligadas, necessárias às práticas sociais e, portanto, identitárias, como excluí-las do currículo ajudaria na formação do corpo discente? Embora o currículo vise libertar as pessoas que estão na escola, ele é bombardeado pelo discurso religioso e conservador que alega existir uma “ideologia de gênero” (FURLAN e CARVALHO, 2020; SILVA e ROSENO, 2018) e “quando a escola toma para si a responsabilidade de pelo menos abrir o debate sobre o assunto, vozes contrárias se opõem argumentando que esse papel é da família. ” (ESPÍRITO SANTO, 2019, p. 95), o que gera a “invisibilidade desses temas”. (OLIVEIRA *et al.*, 2018; AUAD e CORSINO, 2018).

Um ponto impeditivo à liberdade do corpo docente em escolher os conteúdos, na adoção de livros escolares e na vigilância da sua performance em sala é o Movimento Escola Sem Partido (ESP). Furlan e Carvalho (2020, p. 172) argumentam que o ESP está “amplamente empenhado em ditar regras para a escola com o propósito de descontaminação das instituições.

Mesmo não sendo um dispositivo legal, o ESP coíbe a livre expressão e, sobre a égide da censura, silencia e oprime tudo e todes que fogem à sua formação discursiva. Alicerçado nas premissas de discursos tradicionais e religiosos, o ESP se incumbem de salvar a escola de fictícias ideias comunistas, através do “patrulhamento de conteúdos históricos, socioculturais e econômicos”. (Furlan e Carvalho, 2020, p. 183).

Graupe *et al.* (2018) salienta a oposição de parte do corpo docente em abordar tais temas. Algumas pessoas que ensinam “olham, na maioria das vezes, para a sexualidade apenas como um conhecimento biológico e da saúde” (Araújo *et al.*, 2019, p. 1417); outras evitam abordar as temáticas por medo da censura ou “pouca ou nenhuma formação”. (Araújo *et al.*, 2019, p. 1419). Além disso,

Alguns/umas professores/as afirmaram não se sentirem preparados/as para falar sobre a temática, e referiram acreditar que o mais indicado seria que tivessem mais formação para tal trabalho, ou então que fossem apenas os/as professores/as de ciências a trabalhar a educação para a sexualidade. (Araújo *et al.*, 2019, p. 1417).

As formações enunciativas denunciam dificuldade em falar sobre corpo, sexualidade e gênero e como a escola ainda designa a tarefa da educação sexual a algumas pessoas que ensinam Biologia (Araújo *et al.*, 2019). Conforme Molina e Santos (2018), essa prática está firmada em aspectos históricos e tem maior concentração no trinômio Educação Física – Biologia – Ciências porque essas disciplinas baseiam-se em um ensino “informativo e fisiologista sobre o corpo como máquina reprodutora”.

Tanto as produções de Araújo *et al.* (2019) e Molina e Santos (2018) confirmam o pensamento de que algumas disciplinas, em especial Educação Física

[...] parece ser, também, um palco privilegiado para manifestações de preocupação com relação à sexualidade das crianças. Ainda que tal preocupação esteja presente em todas as situações escolares, talvez ela se torne particularmente explícita numa área que está, constantemente, voltada para o domínio do corpo. (LOURO, 1997, p. 74)

Joan Scott (1995) observa que é bastante frequente a dicotomia e a polarização sobre a categoria gênero. Um ponto importante em sua argumentação é a afirmação de que a sociedade concebe o homem como polo oposto à mulher e mantém uma lógica rígida de dominação-subordinação. Para Joan Scott, essa polarização precisa ser superada, pois cria linhas limítrofes que impedem a problematização das posições que cada um ocupa, individualmente, bem como a posição entre eles.

Sendo sexualidade, corpo, gênero e identidade temas transversais, eles podem ser abordados por qualquer disciplina e em qualquer prática pedagógica, não limitando essa tarefa às pessoas que ensinam de Ciências, Biologia ou Educação Física. Limitar o debate à essas disciplinas é descartar a interseccionalidade que atravessa as pessoas que estudam, transformando seus corpos em máquinas reprodutoras e comprometendo suas identidades.

Conforme Severino (2018), aproximar a homossexualidade com promiscuidade e DST's seria um exemplo de como determinar marcas fenotípicas de diferença como se essas fossem imanentes. Com isso, as identidades vistas como desviantes da heteronormatividade são negligenciadas, subalternizadas e invisibilizadas. (Molina e Santos, 2018; Auad e Corsino, 2018).

Conforme Guacira Louro,

a sexualidade está presente na escola 'porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que pode ser desligado ou algo do qual pode se despir. É inaceitável, portanto, que a escola mantenha um relacionamento com os diferentes sobre o domínio do mítico, do inatingível, do utópico, do normatizador, do inquisitorial. (Guacira LOURO, 1997, p.80)

Se a escola continua operando com identidades baseadas na heteronormatividade branca e cristã e fragmentando e enfraquecendo debates por medo do real, ela nunca ajudará as pessoas que estudam a lidarem com problemas reais como discriminação, bullying, intolerância religiosa, racismo e sexismo. Embora a “negação do diferente é, para a maioria dos indivíduos, imperceptível, [...], ela induz os sujeitos, ao longo da história, a uma padronização tida como “natural” a todos e a todas nos currículos, nas normas, nos procedimentos de ensino, nas teorias, na linguagem, nos materiais didáticos, nos processos de avaliação e nas relações interpessoais. (Luma ANDRADE, 2012, p.18)

Muitas pessoas que escrevem salientam a importância do estudo sobre gênero, sexualidade, corpo e relações raciais, pois ajudam a “disseminar uma cultura de enfrentamento a todas as formas de violência”, além de ajudar a constituir uma sociedade mais justa e igualitária. (GRAUPE *et al.*, 2018, p. 807). Todos os artigos analisados afirmam a importância de abordar tais temáticas em contexto escolar para romper com a lógica binária, “desconstruir práticas e representações que, fundamentadas pelo discurso biológico, promovem desigualdades entre os alunos e alunas”. (JACOBY e GOELLNER, 2020, p.12).

A escola é local ideal para discutir diversidade, mas, para que o corpo docente possa despertar habilidades, suscitar debates e planejar práticas pedagógicas inclusivas ele precisa

de uma boa formação, uma vez que ele “produz e reproduz muitas situações de discriminação e preconceito”. GUERCH, C.A (2019).

Percebeu-se, ao logo da leitura dos artigos, lacunas de conhecimento no campo dos estudos em Licenciatura e na formação continuada do corpo docente. Em contrapartida, Silva e Roseno (2018, p. 772) apontam que os PCN’s dão legitimidade à inserção de práticas pedagógicas efetivas e inclusivas ao “assegurar a interdisciplinaridade como estratégia de promoção de um novo aprendizado. ”

Os PCN’s, embora tratem o tema da Pluralidade Cultural e Orientação sexual desde 1998, permanecem como recomendações e, portanto, “não foram amplamente empregados, sendo ignorados por boa parcela das professoras e professores”. (SILVA e ROSENO, 2018, p. 774).

Partindo do exposto, é possível afirmar que a escola só será inclusiva se as pessoas que desejam ensinar ou trabalhar na área de Educação, ainda durante o curso de licenciatura “tiverem acesso às discussões que pautam essa perspectiva de ensino”. (SILVA e ROSENO, 2018, p. 774). Segundo Rabelo (2019), o discurso sobre o magistério é generificado, formando a ideia da docência enquanto prática, majoritariamente, feminina. Portanto, é importante ressaltar que é na escola onde essas representações são engendradas, silenciadas e ou afirmadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos, de maneira geral, apresentam a tensão em discutir a categoria gênero em disciplinas, em especial, Educação Física e Ensino religioso. Somente Severino (2018) traz a perspectiva do racismo para as discussões da representatividade dos corpos negros. Para Severino, as subjetividades dos corpos negros são controladas por meio da objetivação e esse processo, por mais que transite no espaço escolar, o “embate extrapola esse espaço”. (SEVERINO, 2018, p. 881).

Dos 15 artigos, somente Furlan e Carvalho (2020) citam a BNCC. De imediato, a invisibilidade do documento nas referências dos artigos selecionados nos chamou bastante atenção. A hipótese levantada é a de neutralidade da BNCC diante das categorias estudadas, o que dá pouco embasamento teórico e legal para tecer um cenário de luta contra discursos conservadores.

A timidez de dispositivos legais que invistam na inclusão dessas categorias evidencia o tensionamento entre a interdição e emancipação das identidades no ambiente escolar. Nesse ponto, concordamos com Silva e Barbosa (2018, p. 566) ao indicarem que, “no histórico da educação brasileira, os processos de construção da identidade dos sujeitos foram orquestrados pela heteronormatividade”.

Esse hiato é resultado de manipulações, via dispositivos legais, argumentos falaciosos e discursos dogmáticos ancorados na “falsa premissa da ideologia de gênero”. (FURLAN e CARVALHO 2020, p. 177). Sendo a escola um território de disputa discursiva e, portanto, de poder, abordar intersecções entre corpo, gênero e diversidade e identidade através de uma ótica singular é fragmentar a formação inclusiva baseada em Direitos Humanos.

Fortalece-se, a partir de então, a invisibilidade da população LGBTQIA+, que já sofre com a exclusão histórica e altos índices de violência; encarceram-se projetos antirracista e antissexista, além de dar visibilidade a uma ética heteronormativa que modela e ordena os corpos das pessoas.

Defende-se, aqui, uma educação para além do binarismo, antirracista, que caminhe junta com as agendas de políticas públicas, seja “emancipatória” (SILVA e BARBOSA, 2018, p. 571) e aberta à diversidade. Além disso, a diversidade ajuda na construção de uma sociedade democrática, multicultural e inclusiva.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

APPLE, M.W. **A política do conhecimento oficial**: faz sentido a ideia de um currículo nacional. In: MOREIRA, A. e TADEU, T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo. Editora Cortez, 2011, p. 71-106.

ARAUJO, M. F. de; ROSSI, C. R.; TEIXEIRA, F. O saber fazer docente em educação para a sexualidade na educação básica: um paralelo entre Portugal e Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp.2, p. 1410–1426, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12608. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12608>. Acesso em: 25 jan. 2022.

AUAD, Daniela; CORSINO, Luciano. Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar. **Revista Estudo Feministas**, vol. 26, no. 1,

jan. -Abril. 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n142585>. Acesso em 25 jan 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRITZMAN, D. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, 1996.

BRITZMAN, D. **Curiosidade, sexualidade e currículo**. In: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 35-82, 2001.

CASTELEIRA, R. P.; MAIO, E. R. Gênero, volte para o armário! Discurso religioso, gênero e modelagem de comportamento. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, p. 243–257, 2017. DOI: 10.21723/riaee. v12.n1.8137. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8137>. Acesso em: 26 jan. 2022.

DIAS, Alfrancio; DE OLIVEIRA, Danilo Araujo; CRUZ, Maria Helena Santana; AMORIM, Simone Silveira. Body, Gender, and Sexualities Approaches in the Political-Pedagogical Project in a High School in Brazil. **ERIC**. Disponível em <https://eric.ed.gov/?id=EJ1144614>. Acesso em: 25 jan 2022.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia G. C. Revisão integrativa versus revisão sistemática. Disponível em <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904> Acesso em 25jan 2021.

ESPÍRITO SANTO, Eliseu Roque do. Homossexualidade: psicanálise, religião e educação. **INTERthesis**; Vol 14, No 3 (2017). Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2017v14n3p88> Acesso em 25 jan 2022.

FERNANDES, Alves Cleudemar. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber. 10. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FURLAN, C. C.; CARVALHO, F. A. DE. Comunismo e gênero no escola sem partido: notas para não sucumbir a uma pedagogia fascista. **Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 58, p. 168-186, 4 jul. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um Projeto de Pesquisa de um Artigo de Revisão de Literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Ano II, Vol.II, n.5, 2019a.

GRAUPE, Mareli Eliane; LOCKS, Geraldo Augusto; PEREIRA, Josilaine Antunes. Gênero e sexualidade no campo da educação: provocando deslocamentos e inquietações. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 20, n. 3, p. 805–821, 2018. DOI: 10.20396/etd.v20i3.8647072. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647072>. Acesso em: 26 jan. 2022.

GRAZIOSI, Maria Elisabete Salvador; Liebano, Richard Eloin; Nahas, Fabio Xerfan. **Pesquisa em bases de dados**. Disponível em https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_cientifico/Unidade_13.pdf Acesso em 17 out 2021.

GUERCH, Cristiane Ambros. Formação docente para a diversidade: um saber plural. **HOLOS**, [S.l.], v. 6, p. 1-17, dez. 2019. ISSN 1807-1600. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6272>. Acesso em: 26 jan. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JACOBY, Lara Felix; GOELLNER, Silvana Vilodre. A Educação Física em uma escola Militar: de turmas separadas por sexo e por altura a turmas mistas. **Movimento** (Porto Alegre), Porto Alegre, p. e26031, abr. 2020. ISSN 1982-8918. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/94330>. Acesso em: 26 jan. 2022. doi:<https://doi.org/10.22456/1982-8918.94330>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes. 1997.

_____. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto, 2000.

_____. **Gênero: questões para a educação**. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBERHAUM, Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo, SP: FCC: Ed.34, 2002.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLINA, A. M. R.; SANTOS, W. B. Educação Sexual e currículo de ciências/biologia: desafios à prática docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1149–1163, 2018. DOI: 10.21723/riaee.v13.n3.2018.9530. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9530>. Acesso em: 26 jan. 2022.

OLIVEIRA, A. M. de; MIRANDA, M. H. G. de; SILVA, M. A. M. P. da. Questões de gênero, sexualidade e laicidade no ensino público tendo como eixo de debate a disciplina de ensino religioso em escolas de Recife. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 20, n. 4, p. 864–886, 2018. DOI: 10.20396/etd.v20i4.8647418. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647418>. Acesso em: 26 jan. 2022.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio**. 6. ed, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 5 fev. 2022.

PORTO, Juliane dos Santos. Currículo, gênero e sexualidade: uma análise sobre as práticas discursivas e não-discursivas que reforçam posições de gênero e sexualidade na escola. **RELA Cult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society V. 05, ed. especial, abr., 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1264/896>. Acesso em: 30 jan 2022.

RABELO, Amanda Oliveira. Interligação entre representações e questões de gênero na docência. **Educación**, Lima, v. 28, n. 54, p. 203-226, marzo 2019. Disponible en http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1019-94032019000100010&lng=es&nrm=iso. accedido en 25 enero 2022. <http://dx.doi.org/10.18800/educacion.201901.010>.

RIBEIRO, P. R. C. **Inscrevendo a sexualidade: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental**. 2002. Tese (Doutorado no Instituto de Ciências Básicas da Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2002.

RIBEIRO, P. R. C.; SOARES, G.; As identidades de gênero. In: RIBEIRO, P. R. C.; QUADRADO, R. (Org.). **Corpos, Gêneros e Sexualidades**: questões possíveis para o currículo escolar. 3. ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2013.

SAFFIOTI, H. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos e Ensaios/ Ciências Sociais. **FLACSO** - Brasil, jun 2009. Disponível em: http://flacso.rede livre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.

SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. Columbia University Press, 1988.

_____. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**. Cultura e Trabalho. PUC-SP. São Paulo, n. 16, fev/98, p. 297-327, 1998.

_____. **“Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica”**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês. Disponível em <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf> Acesso em 05 jan 2022.

SEVERINO, Fulvio Cesar Garcia. Disputas por vontades de verdade sobre os corpos na escola: o dispositivo fenotípico da homofobia e do racismo. **Rev. Elet. Educ.**, São Carlos, v. 12, n. 3, p. 867-883, set. 2018. Disponível em

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-71992018000300867&lng=pt&nrm=iso. acessos em 26 jan. 2022. <https://doi.org/10.14244/198271992560>.

SILVA, F. P. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, V. M. O.; NAVARRO-BARBOSA, P. L. (Org.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004. p.159- 179.

SILVA, Marilda da; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). **Pesquisa em educação: Métodos e modos de fazer**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Coleção PROPG Digital – UNESP). Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109159> Acesso em 31 out 2021.

SILVA, Janaina G. da F.; ROSENO, C. dos passos. Questionando a proposital invisibilidade: reflexões sobre a abordagem das relações de gênero no PIBID – Interdisciplinar da UPE Campus Petrolina. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 764–784, 2018. DOI: 10.21723/riaee.v13.n2.2018.9645. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9645>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SILVA, Poliana Machado Gomes da; BARBOSA, Kaline de Souza. Do eclipse ao raiar do para si LGBT na política educacional brasileira. **Revista Katálysis** [online]. 2018, v. 21, n. 03 [Acessado 26 Janeiro 2022], pp. 564-573. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p564>. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p564>.

SOARES, G. **Gravidez na Adolescência**. In: *Corpos, Gêneros e Sexualidades: questões possíveis para o currículo escolas*. Organizador: RIBEIRO, P. R. C. e QUADRADO, R. P.; 3. ed. Rio Grande: Editora da FURG, p. 44-48, 2013.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem**. Brasília, p. 53. 2014.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002**. Cad. Pesquisa, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.